

2º SIMULADO
TCDF
AUDITOR DE
CONTROLE EXTERNO



Estratégia
CONCURSOS

TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL

Simulado Especial

2º Simulado TCDF – Auditor de Controle Externo

Parte I – Conhecimentos Gerais

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no cargo de Auditor de Controle Externo do concurso do TCDF;
- 2 – Esta prova contém **150 itens** que serão divididas em duas partes. Serão 80 questões de Conhecimentos Básicos na parte da manhã e 70 de Conhecimentos Específicos na parte da tarde.
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora Cespe/Cebraspe, para julgar como Certo ou Errado;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h e das 14h00 às 19h30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 8h, na segunda-feira, 24 de junho, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

O link para preenchimento do gabarito estará no PDF, Parte II.

- | | | | | |
|----------|----------|----------|----------|----------|
| 01 – C E | 17 – C E | 33 – C E | 49 – C E | 65 – C E |
| 02 – C E | 18 – C E | 34 – C E | 50 – C E | 66 – C E |
| 03 – C E | 19 – C E | 35 – C E | 51 – C E | 67 – C E |
| 04 – C E | 20 – C E | 36 – C E | 52 – C E | 68 – C E |
| 05 – C E | 21 – C E | 37 – C E | 53 – C E | 69 – C E |
| 06 – C E | 22 – C E | 38 – C E | 54 – C E | 70 – C E |
| 07 – C E | 23 – C E | 39 – C E | 55 – C E | 71 – C E |
| 08 – C E | 24 – C E | 40 – C E | 56 – C E | 72 – C E |
| 09 – C E | 25 – C E | 41 – C E | 57 – C E | 73 – C E |
| 10 – C E | 26 – C E | 42 – C E | 58 – C E | 74 – C E |
| 11 – C E | 27 – C E | 43 – C E | 59 – C E | 75 – C E |
| 12 – C E | 28 – C E | 44 – C E | 60 – C E | 76 – C E |
| 13 – C E | 29 – C E | 45 – C E | 61 – C E | 77 – C E |
| 14 – C E | 30 – C E | 46 – C E | 62 – C E | 78 – C E |
| 15 – C E | 31 – C E | 47 – C E | 63 – C E | 79 – C E |
| 16 – C E | 32 – C E | 48 – C E | 64 – C E | 80 – C E |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Enquanto instituição, a educação é responsável pela formação formal dos indivíduos de uma sociedade.

Por Lucas de Oliveira Rodrigues

5 Durante muito tempo, a educação como instrução formal foi privilégio de poucos que dispunham de tempo e dinheiro para investir. Os séculos anteriores à invenção da imprensa foram marcados pela educação restrita apenas aos mais ricos ou a membros privilegiados de certos grupos sociais, como o clero. Para a grande maioria das pessoas, educação significava aprender por meio da imitação com a experiência dos mais velhos, de forma que a tradição foi por muito tempo a principal fonte de aquisição de conhecimento.

10 Saltamos alguns séculos e hoje vemos que a educação formal não apenas se tornou comum, mas sim é uma exigência, um direito universal que, embora ainda não tenha sido assegurado para absolutamente todos em nosso país, caminha a passos largos nessa direção.

15 Educação e a Revolução Industrial

Esse longo processo iniciou-se com a industrialização e a expansão das cidades que ocorreram no período da Revolução Industrial. Anteriormente, até as primeiras décadas do século XIX, a maioria da população europeia não tinha nenhum acesso a qualquer tipo de educação escolar. Porém, o rápido avanço tecnológico exigia a formação de mão de obra instruída, capaz de realizar as tarefas que exigiam maior nível de especialização. Na medida em que as ocupações tornavam-se mais complexas, a educação tradicional recebida em casa tornava-se mais e mais obsoleta, já que as experiências de trabalho diferenciavam-se cada vez mais no decorrer de um curto espaço de tempo. Diante dessa necessidade, surgiram as primeiras escolas técnicas que mais adiante tomariam o formato das escolas que vemos hoje.

30 O papel da Escola segundo Bourdieu e Passeron

35 Nos períodos que seguiram a rápida e contínua industrialização, a escola tornou-se a instituição responsável pela manutenção do contexto estabelecido. Entre os inúmeros trabalhos teóricos que se dedicaram ao papel dessa instituição, os esforços de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, em sua obra "A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino", são uns dos mais reconhecidos. Os autores buscam mostrar que o sistema de ensino moderno serve como ferramenta de manutenção dos paradigmas sociais estabelecidos. Ele molda aqueles que são entregues aos seus cuidados e exclui aqueles que não se submetem ou não se adaptam aos seus parâmetros. Os autores baseiam-se no conceito de "violência simbólica", isto é, o ato de imposição arbitrária do sistema simbólico da cultura dominante de uma sociedade específica sobre os demais sujeitos que a integram.

50 Para Bourdieu e Passeron, o processo educativo está fundamentado na ação pedagógica. Essa seria a manifestação integral da violência simbólica, o meio pelo qual as instituições de ensino subjugariam o sujeito e sua individualidade, obrigando-o a se posicionar no mundo social em conformidade com as noções preestabelecidas pelo pensamento ou cultura dominante.

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br>

01. Infere-se do texto que a educação é uma instrução formal ensinada por meio da imitação com a experiência dos mais velhos, por isso a tradição é a principal fonte de aquisição de conhecimento.

02. Infere-se do texto que, **segundo Bourdieu e Passeron**, o sistema de ensino moderno pode ser entendido como um delimitador dos paradigmas sociais estabelecidos, pois molda aqueles que são entregues aos seus cuidados e exclui aqueles que não se submetem ou não se adaptam aos seus parâmetros.

03. Nas linhas 3 e 4, o sintagma "da imprensa" completa o sentido do substantivo "invenção", assim como "à invenção" completa o sentido do adjetivo "anteriores".

04. É uma reescrita possível de "Os séculos anteriores à invenção da imprensa foram marcados pela educação restrita apenas aos mais ricos ou a membros privilegiados de certos grupos sociais, como o clero." (linhas 3 a 6) a seguinte: **A educação restrita apenas aos mais ricos ou a membros privilegiados de certos grupos sociais, como o clero, marcaram os séculos anteriores à invenção da imprensa.**

05. Na linha 16, o pronome "se", em "iniciou-se", indica que o agente da ação verbal está indeterminado.

06. Excluindo-se o pronome indefinido "qualquer", na linha 20, o vocábulo imediatamente anterior ("a") deve receber acento indicativo de crase.

07. A expressão "Na medida em que" (linha 23) pode ser substituída por **À proporção que** ou **À medida que**, mantendo-se a correção gramatical e a coerência no texto.

08. A expressão "isto é" (linhas 43) pode ser substituída pela expressão "ou seja", precedida de vírgula e seguida do sinal de dois-pontos.

- 09.** As expressões “Durante muito tempo” (linha 1), “Anteriormente” (linha 18), “Porém” (linha 20) e “Diante dessa necessidade” (linha 27) são separadas por vírgula pelo mesmo motivo.
- 10.** Na linha 19, a substituição da expressão “da população europeia” por **das pessoas na Europa** admite a flexão do verbo “tinha” no plural.
- 11.** Há correção gramatical com o deslocamento do pronome oblíquo átono “se” para antes do verbo “diferenciavam” (linha 26), da seguinte forma: **se diferenciavam**.
- 12.** A coesão textual exige o emprego de **desta** no lugar de “dessa” na expressão anafórica “Diante dessa necessidade” (linha 27).
- 13.** Na expressão “o formato das escolas que vemos hoje” (linha 28-29), o termo “o formato das escolas” ocupa a mesma função sintática do pronome relativo “que”
- 14.** Na linha 31, os vocábulos “rápida” e “contínua” exigem, por concordância nominal, que o substantivo “industrialização” se flexione no plural.
- 15.** A expressão “pelo qual” (linha 48) pode ser substituída por **por que**, mantendo-se a correção, o sentido e a coerência.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Julgue os itens a seguir a respeito de lógica proposicional.

- 16.** A sentença “Entre e feche a porta” é uma proposição composta que pode ser representada por $P \wedge Q$, em que P e Q são proposições simples escolhidas adequadamente.
- 17.** A proposição $p \wedge \neg(q \wedge r)$ é logicamente equivalente a $(p \wedge \neg q) \vee (p \wedge \neg r)$.
- 18.** Do ponto de vista da lógica sentencial, a negação da proposição “Todo pernambucano é alvirrubro” é logicamente equivalente à proposição “Algum alvirrubro não é pernambucano”.

Cinco homens e quatro mulheres trabalham em uma empresa de atendimento. De forma aleatória, uma

dessas pessoas será escolhida para trabalhar em um plantão no sábado. Em seguida, outra pessoa será escolhida, também aleatoriamente, para o plantão no domingo. Considerando que as duas pessoas para os plantões serão selecionadas sucessivamente, de forma aleatória e sem reposição, julgue os próximos itens.

- 19.** Se um homem tiver sido escolhido para o plantão do sábado, então a probabilidade de se escolher uma mulher para o plantão de domingo é igual a 0,5.
- 20.** A probabilidade de os dois plantonistas serem mulheres é igual ou superior a 5/9.
- 21.** Há menos de 25 maneiras de serem selecionados os plantonistas.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Considerando as disposições constitucionais, jurisprudenciais e doutrinárias, julgue os itens a seguir sobre o controle da administração pública.

- 22.** O controle realizado pela administração direta sobre a indireta é conhecido como controle por vinculação, constituindo um controle limitado e não presumido.
- 23.** A titularidade do controle externo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios cabe ao Congresso Nacional.
- 24.** A clássica diferença entre as contas de gestão e de governo perdeu força, uma vez que, segundo o Supremo Tribunal Federal, o julgamento das contas anuais dos prefeitos municipais cabe às câmaras municipais, tanto em relação aos atos de governo como aos atos de gestão.
- 25.** Se o Tribunal de Contas da União entender que deverá emitir parecer prévio propondo a rejeição das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, será dispensável a concessão do contraditório e ampla defesa, uma vez que o direito de defesa será concedido somente na fase de julgamento, no âmbito do Congresso Nacional.
- 26.** Atualmente, prevalece o entendimento de que os tribunais de contas podem realizar controle abstrato de constitucionalidade de leis ou atos normativos do poder público.

Julgue os itens a seguir considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCDF.

27. O TCDF não possui competência para sustar diretamente contratos administrativos, mas poderá determinar, imediatamente, que a autoridade suspenda a execução de contrato quando houver receio de ocorrência de dano de difícil reparação.

28. Considera-se terminativa a decisão do TCDF que ordenar o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis, assim consideradas aquelas cujo julgamento de mérito se tornar materialmente impossível em virtude de caso fortuito ou motivo de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável.

29. Para suprir omissões e lacunas ou esclarecer dúvidas acerca de dados ou informações constantes de documentos, o Tribunal poderá adotar o instrumento de fiscalização denominado levantamento.

30. Situação hipotética: durante a análise das contas de Jonas, responsável por recursos públicos do Distrito Federal, foi identificado ato que ensejou dano ao erário. Além disso, o Tribunal entendeu que Jonas agiu de boa-fé e não foram identificadas outras irregularidades nas contas. **Assertiva:** se Jonas liquidar tempestivamente o débito atualizado monetariamente, as suas contas serão saneadas, ensejando o seu julgamento como regulares, com quitação plena.

31. As denúncias apresentadas ao TCDF somente serão conhecidas quando estiverem acompanhadas de indícios de prova, concernentes à irregularidade ou ilegalidade denunciada, suficientes para a realização da instrução processual.

LEI ORGÂNICA DO DF

32. De acordo com a LODF, o DF tem como símbolos a bandeira, o hino e o brasão. Símbolos adicionais poderão ser estabelecidos mediante decreto do governador do DF.

33. Com base na Lei Orgânica do DF (LODF), julgue o item a seguir.

Os conselhos de representantes comunitários das regiões administrativas do DF têm funções consultivas, fiscalizadoras, deliberativas e normativas.

34. Com base na Lei Orgânica do DF (LODF), julgue o item a seguir.

No DF, uma região administrativa pode ser criada por decreto do governador, entretanto só poderá ser extinta por lei distrital aprovada por maioria relativa.

35. No que se refere à fiscalização contábil e financeira do Distrito Federal, qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas ou à Câmara Legislativa.

36. É requisito para ser nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, entre outros, ter mais de vinte anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

37. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) poderá ser utilizada para realizar o juízo de recepção ou revogação de lei federal editada sob a égide da Constituição pretérita.

38. O Congresso Nacional não poderá editar lei contrária à Súmula Vinculante, sob pena de ofensa ao princípio da separação de poderes. Entretanto, é admitida a “reação legislativa” por meio de emenda constitucional.

39. Não se admite a modulação dos efeitos temporais de decisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em sede de controle difuso de constitucionalidade.

40. As empresas públicas e sociedades de economia mista, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não se submetem à fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

41. Nos processos perante o Tribunal de Contas da União (TCU), asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

42. A criação de regiões metropolitanas depende de aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito, e da posterior edição de lei complementar estadual.

43. São bens da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

44. No modelo constitucional de repartição de competências, apenas os Estados possuem competência remanescente ou residual.

Julgue os itens a seguir sobre os direitos fundamentais consagrados pela Constituição Federal de 1988:

45. A doutrina e a jurisprudência admitem a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, tendo a Constituição Federal de 1988 adotado a teoria da eficácia indireta e mediata, segundo a qual os direitos fundamentais se aplicam nas relações entre particulares por meio de cláusulas gerais de direito privado, tais como ordem pública e liberdade contratual.

46. É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para o pagamento de tributos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Considerando as disposições constantes na Lei Complementar nº 840/2011, que dispõe sobre o regimento jurídico dos servidores públicos do Distrito Federal, julgue os itens seguintes.

47. Situação hipotética: Mauro é servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão no Distrito Federal. Em maio de 2019, ele cometeu infração administrativa amplamente noticiada pela imprensa. Ao tomar conhecimento do fato, o Secretário responsável efetuou a sua exoneração. **Assertiva:** a responsabilidade administrativa de Mauro estará extinta em virtude do término do vínculo funcional com o poder público.

48. Situação hipotética: Luana foi absolvida, em processo penal, ao provar que sua conduta não ensejava crime. **Assertiva:** se estiver respondendo a processo administrativo pelo mesmo fato, Luana não poderá ser responsabilizada em virtude da absolvição penal.

Em relação aos princípios e à organização administrativa, julgue os itens a seguir.

49. O princípio da moralidade possui a sua própria juridicidade, motivo pelo qual um ato, ainda que lícito, poderá ser invalidado judicial ou administrativamente

quando atentar contra os valores da probidade e da honestidade.

50. Os conselhos de fiscalização de atividade profissional são considerados entidades autárquicas, submetendo-se ao dever de prestar contas e os seus débitos são quitados por intermédio do sistema de precatórios judiciais.

51. As sociedades de economia mista submetem-se ao dever de prestar contas, mas desde a edição do regime jurídico próprio das empresas estatais estão desobrigadas, em regra, do dever de licitar.

52. O nepotismo configura uma conduta patrimonialista de indicar parentes para os cargos em comissão ou função de confiança, constituindo uma ofensa aos princípios constitucionais aplicáveis à administração pública.

Julgue os itens seguintes considerando as normas e a jurisprudência sobre improbidade administrativa, licitações e contratos administrativos e responsabilidade civil do Estado.

53. Se o governador do Distrito Federal cometer um suposto ato de improbidade administrativa, a eventual ação de improbidade tramitará originariamente perante o Superior Tribunal de Justiça.

54. A dispensa indevida de processo licitatório configura dano in re ipsa, ou seja, dano presumido em virtude do comprometimento do procedimento competitivo, que impossibilitou a contratação de proposta mais vantajosa.

55. O Estado responderá civilmente sempre que um preso morrer durante o cumprimento de pena restritiva de liberdade, em virtude do dever específico de cuidado aplicável ao caso.

56. Os tipos de licitação não se aplicam à modalidade licitatório concurso, em virtude do julgamento relativamente subjetivo que essa modalidade admite.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

57. As empresas poderão contribuir para a Seguridade Social com alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição econômica da empresa.

- 58.** Nos termos da CF/88, a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- 59.** São segurados obrigatórios da Previdência Social, como segurado empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, com vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- 60.** Em relação aos dependentes do Regime Geral de Previdência Social, podemos afirmar que as provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, produzido em período não superior a 24 (vinte e quatro) meses anterior à data do óbito ou do recolhimento à prisão do segurado, não admitida, em qualquer caso, a prova exclusivamente testemunhal.
- 61.** Não será admitida a inscrição post mortem de segurado contribuinte individual e de segurado facultativo.
- 62.** A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, ou em até 30 (trinta) dias após o óbito, para os demais dependentes.

DIREITO CIVIL

- 63.** Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.
- 64.** Ricardo anunciou um berço em um aplicativo de vendas. Nádia, interessada, entrou em contato com Ricardo através de um aplicativo de mensagens, pelo qual ele informou o valor do berço e as demais informações. Contudo, Nádia estava trabalhando e não pôde continuar a conversa. Neste caso, Nádia é considerada pessoa ausente, porque a proposta foi feita por aplicativo de mensagens. Assim, a venda é anulável, pois não decorreu tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente

- 65.** A responsabilidade civil por danos causados em um veículo por um abaloamento cometido pelo empregado de uma grande indústria têxtil é, em relação ao motorista, aquiliana, cuja culpa é presumida pela responsabilidade objetiva havida.
- 66.** É possível que na esfera administrativa se decida com base em valores jurídicos abstratos, mesmo sem considerar as consequências práticas, desde que sejam com o nítido objetivo de trazer benefícios às pessoas e em acordo com o interesse público.
- 67.** No caso de obrigação de pagar, sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes presumem-se pagos.
- 68.** Não se extingue o poder familiar pela condenação do pai ou da mãe por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Tendo em vista as regras referentes aos pronunciamentos do juiz, previstas no Código de Processual Civil, avalie a correção dos itens abaixo.

- 69.** Sentença é o pronunciamento do juiz por meio do qual põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução, desde que julgue o mérito do processo.
- 70.** A decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial com conteúdo decisório que não se enquadre como sentença, enquanto os despachos são os demais pronunciamentos do juiz no processo, feitos de ofício ou à requerimento da parte, que não implique em decisões.

Com base nas regras sobre negócio jurídico processual, julgue o item a seguir.

- 71.** Considera-se negócio jurídico processual a possibilidade de as partes negociarem as datas em que os atos processuais serão praticados, desde que o processo verse sobre direitos que admitam autocomposição.

Tendo em vista as regras pertinentes às ações constitucionais, especialmente quanto ao Mandado de Segurança, Ação Civil Pública e Ação Popular, julgue os itens abaixo

72. O Ministério Público do Distrito Federal ajuizou uma ação civil pública por improbidade administrativa contra determinado servidor distrital. Nessa situação hipotética, a ação civil pública poderá requerer a condenação pecuniária do servidor para a reparação de dano, contudo, não poderá formular pedido de cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer de qualquer natureza.

73. Caso a ação popular tenha sido julgada improcedente por deficiência de provas, a sentença não terá eficácia de coisa julgada erga omnes. Nessa situação, poderá ser proposta nova ação popular com fundamento idêntico, desde que fundada em nova prova.

74. De acordo com o entendimento do STJ, o prazo decadencial para impetrar mandado de segurança contra a redução ilegal de vantagem integrante de remuneração de servidor público renova-se mês a mês e os efeitos financeiros decorrentes de eventual concessão da ordem mandamental, retroagem à data do ato impugnado.

DIREITO PENAL

75. É cabível a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho, desde que o valor total do tributo iludido, inclusive acessórios, não seja superior a R\$ 20.000,00.

76. Há culpa consciente quando o agente prevê a possibilidade de ocorrência do resultado não pretendido, mas age mesmo assim, pois acredita que, com suas habilidades, conseguirá evitar sua ocorrência.

77. O instituto da desistência voluntária se verifica quando o agente inicia a execução do delito, mas, durante a execução, voluntariamente desiste de prosseguir, e o resultado não ocorre. Em casos tais, o agente fará jus a uma redução que varia de um a dois terços.

78. É atípica a conduta de atribuir-se falsa identidade perante a autoridade policial, quando praticada em situação de autodefesa, como, por exemplo, para esconder sua identidade real a fim de evitar cumprimento de mandado de prisão.

79. Há crime de concussão quando o agente exige vantagem indevida em razão da função pública. Há, por outro lado, crime de corrupção passiva se o agente

solicita vantagem indevida em razão da função. O efetivo recebimento da vantagem indevida não é necessário para a consumação de tais delitos, bastando, para a consumação, a mera prática da conduta de exigir ou solicitar, em cada caso.

80. Situação hipotética: José, réu em processo criminal, entra em contato com a testemunha Maria, e exige que esta preste depoimento favorável aos seus interesses no referido processo criminal, afirmando que, caso não o faça, matará o filho de Maria. **Assertiva:** neste caso, José praticou o crime de coação no curso do processo.

Link do formulário para o Gabarito estará disponível no Caderno II.

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE